



**O Novo Presidente da FRELIMO** - O Comité Central da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) elegeu em finais de março, o atual Presidente do país, Filipe Nyusi como Presidente do partido, repondo, assim, a tradição de ter como líder do partido o Chefe de Estado. [Pag 2](#)

**Renovação no maior partido da oposição sul-africana** - Helen Zille, líder da Democratic Alliance (DA), anunciou em abril, que renunciava à presidência do partido. Apesar deste afastamento mantém-se como chefe de governo da província do Western Cape, única província que está nas mãos da oposição. [Pag 2/3](#)

**Cimeira Afro-Asiática** - Realizou-se em Jakarta, Indonésia, em abril passado mais uma Cimeira Afro-Asiática. Estiveram presentes representantes de 105 estados africanos e asiáticos. [Pag 3](#)

**Novo Governo Nigeriano** - Após a vitória eleitoral obtida nas eleições presidenciais, o novo Presidente, Muhammadu Buhari tomou posse. Esta mudança de Presidente foi encarada com grande otimismo pela população nigeriana que nele deposita grandes esperanças. [Pag 4](#)

**Omar Al-Bashir Reeileito** - O líder do Sudão, Omar Al-Bashir, foi reeleito Presidente do país nas eleições do passado mês de abril. Estas eleições foram muito criticadas quer pela oposição, quer pela comunidade internacional devido ao seu carácter pouco democrático. [Pag 5](#)

**Tentativa de Golpe de Estado no Burundi** - Aproveitando a ausência do Presidente, Pierre Nkurunziza, que se encontrava na Tanzânia a participar numa Cimeira de Chefes de Estado da Comunidade da África Oriental, o antigo chefe dos serviços burundeses de segurança, General Godefroid Nyombare, levou a cabo uma tentativa de golpe de estado e anunciou a destituição do Presidente Nkurunziza. [Pag 5/6](#)

**Países Africanos Produtores de Petróleo** - A Associação de Produtores Africanos de Petróleo (APAP) defende a necessidade de uma redução da produção de petróleo a nível mundial com vista a estabilizar o preço. Esta posição, que a APAP pretende coordenar com a OPEP, enfrenta a oposição da Arábia Saudita, o principal produtor a nível mundial. [Pag 6/7](#)

**Eleições na Etiópia** - A Etiópia realizou eleições legislativas a 24 de maio. Apesar dos 37 milhões de eleitores terem 58 partidos à sua escolha, à partida, havia quase a certeza da vitória da coligação Frente Popular Democrática Revolucionária Etíope (FPDE) que governa o país desde 1991. [Pag 8](#)

**Cimeira da CEDEAO no Gana** - A Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) realizou em maio a sua 47ª Cimeira, que teve como temas centrais a situação política e securitária na região. [Pag 9](#)

**Relatório da FAO sobre África** - A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e o Programa Alimentar Mundial (PAM), apresentaram, em finais de maio, o seu relatório anual sobre a fome no mundo. [Pag 9/10](#)

**Nigeriano assume Presidência do BAD** - O nigeriano Akinwumi Adesina foi eleito presidente do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) durante a reunião anual do Banco que decorreu na capital da Costa do Marfim, Abidjan. Adesina deverá assumir o cargo em setembro deste ano, sucedendo ao ruandês Donald Kaberuka que ocupava o cargo desde 2005. [Pag 11](#)

**O Caos na Líbia** - Desde a queda de Muammar Khadafi, que a Líbia tem vivido num clima de grande instabilidade, situação preocupante devido ao peso que o país tem na região e no continente africano. Como importante produtor de petróleo, a Líbia desempenhou, um papel de grande financiador da União Africana, cujo orçamento atual se tem ressentido da ausência da contribuição líbia. [Pag 11/12](#)



## O Novo Presidente da FRELIMO

O Comité Central da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) elegeu em finais de março, o atual Presidente do país, Filipe Nyusi como Presidente do partido, repondo, assim, a tradição de ter como líder do partido o Chefe de Estado. Esta também foi a situação quando Joaquim Chissano foi substituído por Armando Guebuza na Presidência da República.

Esta escolha veio pôr fim a alguma tensão dentro da FRELIMO, pelo facto do anterior Chefe de Estado, Armando Guebuza, ter decidido manter a liderança da FRELIMO quando abandonou o poder em janeiro passado. Para muitos, esta teria sido uma maneira que Guebuza teria encontrado para condicionar a governação do novo Presidente. Esta situação não foi bem vista por diversos sectores dentro da FRELIMO, especialmente por aqueles que nunca foram adeptos de Guebuza, particularmente, as fações conotadas com figuras de destaque do partido, nomeadamente, Graça Machel, Luísa Diogo e Joaquim Chissano.

Esta acumulação de cargos por Nyusi deverá ter efeitos concretos, desde logo, nas negociações com a RENAMO e com o seu líder. Depois de vários meses de impasse, com a RENAMO a apresentar propostas que foram linearmente recusadas pelo Governo e pela FRELIMO, nomeadamente a da criação de um sistema federal no país em que as províncias onde a RENAMO ganhou as eleições deveriam ter governadores escolhidos por este partido, é de esperar que Nyusi venha a endurecer a sua posição em relação a Afonso Dhlakama.

No início do seu mandato, Nyusi demonstrou ter uma posição mais flexível e dialogante com a RENAMO, no entanto, essa posição foi desaparecendo e dando lugar a uma atitude mais rígida. Esta posição do presidente moçambicano choca com a posição, aparentemente, também intransigente do líder da RENAMO, o que poderá levar Moçambique para um período de alguma incerteza política com consequências nas áreas da segurança e do desenvolvimento económico.



## Renovação no Maior partido da Oposição sul-africana

A líder da Democratic Alliance (DA), maior partido da oposição sul-africana anunciou, em abril, que renunciava à presidência do partido, cargo que ocupava desde que substituiu Tony Leon em 2007. Apesar deste afastamento, Helen Zille mantém-se como chefe de governo da província do Western Cape, única província que está nas mãos da oposição.

De pequeno partido branco anti-apartheid, então com o nome de Democratic Party, só mais tarde é que adotaria atual designação, a DA conseguiu assumir o lugar de principal partido da oposição, tendo conseguido aguentar o seu bastião tradicional na província do Western Cape.

Ao longo dos vários atos eleitorais, a DA tem conseguido aumentar o seu resultado, tendo alcançado 23% dos votos nas eleições de 2014 e mantido uma maioria confortável no Western Cape. Estes resultados demonstram, claramente, que o eleitorado deste partido não se resume apenas a população branca, tendo conseguido importantes apoios junto da população indiana e mestiça e, tendo começado a obter apoios junto da classe média negra.

Face ao afastamento de Helen Zille, a DA convocou um congresso, o qual elegeu, a 9 de maio, Mmusi Maimane, até agora líder da bancada da no parlamento sul-africano, como líder do partido. Maimane começou a destacar-se dentro do seu partido em 2011 quando foi o candidato da DA à cidade de Joanesburgo. Apesar de não ter sido eleito, conseguiu que a DA aumentasse, consideravelmente, a sua votação nesta cidade.

Esta transição racial e geracional na DA coincide com um momento em que o ANC aparece enfraquecido.

Apesar de contar com o legado histórico de combate ao apartheid, o que lhe tem valido sólidas maiorias nas diversas eleições nacionais, a verdade é que a falta de resultados da sua governação, aliada aos escândalos que afetam várias das suas figuras mais proeminentes a começar pelo Presidente Zuma, fazem com que o maior partido sul-africano enfrente crescentes dificuldades em manter o seu eleitorado e a sua unidade.

Tanto o Presidente Zuma, devido ao escândalo das obras na sua residência de Nkandla, como o seu Vice-Presidente, Cyril Ramaphosa, devido às ligações ao mundo empresarial, têm sido alvo de críticas

crescentes oriundas de dentro do próprio ANC. Este descontentamento com a liderança do ANC, nomeadamente dos sectores mais à esquerda, explica o aparecimento dos Economic Freedom Fighters (EFF) liderados pelo antigo dirigente da ala juvenil do ANC, Julius Malema, e o seu sucesso nas últimas eleições nacionais.

Assim, o grande desafio da nova liderança da DA é o de conseguir atrair eleitores negros, nomeadamente da população urbana, e conseguir contestar o domínio absoluto que o ANC ainda mantém no espectro político sul-africano. Este objetivo será testado em 2016, nas eleições locais, e, em 2019, nas eleições gerais.

## Cimeira Afro-Asiática

Realizou-se em Jakarta, Indonésia, em abril passado mais uma Cimeira Afro-Asiática. Estiveram presentes representantes de 105 estados africanos e asiáticos.

A Cimeira deste ano comemorou os 60 anos da realização da Conferência de Bandung, a qual juntou, em 1955, vários países africanos e asiáticos com o objetivo de criar uma terceira força num mundo caracterizado pelo crescente conflito entre a URSS e os EUA. Esta Conferência esteve na origem daquilo que ficou conhecido como o Movimento dos não-alinhados.

Neste encontro também foram comemorados os 10 anos de existência da Nova Parceria Estratégica África-Ásia (NAASP) que foi criada, em 2005, durante a Cimeira África-Ásia. O grande objetivo desta Parceria foi o de reforçar a cooperação sul-sul, intenção, essa que foi, mais uma vez, defendida este ano. Os interesses e as complementaridades entre os países do sul, aliadas ao desejo de diminuir a dependência face aos países do Norte, são aos grandes motivos para apostarem neste tipo de cooperação.

Esta cooperação sul-sul deve ser reforçada através da aposta em ações prioritárias nas áreas política, económica e sociocultural. Assim, as atividades políticas a desenvolver, em conjunto, visam a luta contra o terrorismo; o crime organizado transnacional; a promoção da segurança alimentar e energética.

No campo económico, as apostas vão no apoio às atividades das pequenas e médias empresas e no apoio ao desenvolvimento do turismo.

Na área sociocultural as prioridades são o desenvolvimento de uma rede universitária para o desenvolvimento de ambos os continentes e a defesa da igualdade de gênero e o empoderamento da mulher.

Um dos temas que mais atenção despertou foi o das alterações climáticas, uma vez que vários países africanos e asiáticos já estão a sofrer as consequências de situações climáticas extremas. Excesso ou ausência de chuvas tem tido consequências diretas na produção alimentar e, conseqüentemente, nas estratégias nacionais e regionais de segurança alimentar.



## Novo Governo Nigeriano

Após a vitória eleitoral obtida nas eleições presidenciais de 28 de março, o novo Presidente, Muhammadu Buhari tomou posse a 29 de maio. Esta mudança de Presidente foi encarada com grande otimismo pela população nigeriana que deposita grandes esperanças em Buhari.

Este ambiente favorável à sua Presidência pode ser, simultaneamente, positivo e negativo para Buhari. Se, por um lado, tem grande apoio interno para as políticas que venha a seguir, por outro, face às expectativas tão elevadas, é necessário que o novo Presidente comece rapidamente a dá mostras de um novo ciclo com resultados concretos.

As grandes prioridades do Presidente Buhari serão: o combate à corrupção, fama que ele ganhou quando foi Presidente nos anos 80 e que foi uma importante arma na sua vitória eleitoral; o combate ao desemprego jovem; a melhoria das condições de vida das populações através da estabilização do fornecimento de água e eletricidade.

Mas, o maior desafio do novo governo é, sem dúvida, o combate à ameaça que o Boko Haram representa. Apesar de a Nigéria ter obtido alguns sucessos recentes no combate a este grupo radical, a verdade é que o apoio de vários dos países vizinhos, nomeadamente, do Chade, dos Camarões e do Níger foi muito importante.

Porém, Buhari, porventura imbuído em algum sentimento nacionalista, avisou que o combate e a derrota do Boko Haram devem começar e terminar na Nigéria, dando a entender não necessitar do apoio dos países vizinhos. Aliás uma das suas primeiras medidas foi precisamente a de transferir o comando militar das forças armadas nigerianas da cidade de Abuja para a estratégica localidade de Maiduguri, muito perto das zonas onde a presença do Boko Haram mais se tem feito sentir. Esta decisão foi bem acolhida pelos militares que se tinham queixado, precisamente, de uma grande descoordenação entre o planeamento militar e a realidade no terreno.

Buhari quer inverter, igualmente, algum desânimo que reina no exército nigeriano. Apesar de ter adquirido equipamento militar moderno e de contar com o apoio de conselheiros militares de vários países, os fracos resultados militares alcançados desmotivaram o exército nigeriano. Para Buhari, esta situação deve-se, sobretudo,

à fraca capacidade das chefias militares, situação que pretende modificar.

Após tomar posse Buhari decidiu levar a cabo uma grande transformação no governo do país. Tradicionalmente, a Nigéria tem tido governos com muitos ministros, entre 30 a 35, o que segundo Buhari, tornar a máquina muito pesada e quase impossível de dirigir. O novo Presidente pretende apostar num governo mais pequeno, o qual não deverá exceder os 19 ministros.

Para além de querer reduzir o número de ministros, o novo Presidente também pretende levar a cabo uma profunda transformação na empresa estatal de petróleo, a Nigerian National Petroleum Corporation (NNPC), que é a responsável por cerca de 75% dos rendimentos do país.

A crise petrolífera deste ano deixou o país com menos recursos disponíveis, o que provocou, entre outras situações, o atraso nos pagamentos dos salários dos funcionários públicos. Também vários dos subsídios até agora existentes, nomeadamente o respeitante ao combustível, terão que ser revistos ou mesmo cancelados devido à falta de recursos por parte do governo.

A indústria petrolífera também levanta problemas de ordem ambiental e social no país. Em muitas zonas, com especial destaque para zona do Delta do Níger, a exploração petrolífera é feita sem qualquer respeito pelo meio ambiente, o que tem provocado danos consideráveis. Por outro lado, devido a pobreza que atinge parte considerável da população nigeriana, os roubos em oleodutos são muito comuns, situação que se junta à falta de manutenção dos mesmos. Estas duas situações combinadas têm provocado diversos acidentes que vitimaram dezenas de nigerianos e provocado danos ambientais consideráveis.



## Omar Al-Bashir Reeleito

O líder do Sudão, Omar Al-Bashir, foi reeleito Presidente do país nas eleições do passado mês de abril. Estas eleições foram muito criticadas quer pela oposição, quer pela comunidade internacional devido ao seu carácter pouco democrático.

Para além da campanha eleitoral ter sido muito controlada, a oposição acabou por boicotar as eleições devido à falta de liberdade de expressão que existe no país. Este boicote fez com que a participação eleitoral atingisse, apenas, os 46% dos eleitores, embora a União Africana estime que tenha sido inclusivamente menos, a rondar os 35% dos eleitores.

Omar Al-Bashir, que enfrentou 13 candidatos, todos eles pouco conhecidos, venceu com mais de 94% dos votos. O segundo candidato mais votado, Fadl el-Sayed Shouiab, obteve apenas 1,4% dos votos.

Estas eleições foram, supostamente, as segundas eleições livres no país. As primeiras, realizadas em 2010, também foram alvo de críticas internas e externas pela falta de liberdade de expressão e pelas enormes irregularidades detetadas.

O regime sudanês encontra-se numa situação complicada, uma vez que o seu líder é alvo de um mandato de captura internacional, por parte do Tribunal Penal Internacional, devido a crimes cometidos contra a humanidade na região do Darfur. Mas para além desta região, o regime sudanês encontra-se, igualmente, envolvido em mais conflitos dentro do seu território.

Depois do conflito com o Sudão do Sul, que levou à independência deste país em 2011, o Sudão continua a enfrentar situações de conflito na zona do Darfur, na zona do Cordofão do Sul e no Nilo Azul. Estes conflitos têm provocado enormes vagas de refugiados que têm procurado abrigo noutras zonas do país e nos países vizinhos.

As relações com o Sudão do Sul mantêm-se tensas por causa da definição de fronteiras, nomeadamente na zona de Abyei e também devido à questão petrolífera. Com a independência do Sudão do Sul, o Sudão perdeu cerca de 2/3 da sua produção petrolífera e, conseqüentemente, o seu mais importante bem e ainda não conseguiu adaptar-se a esta nova realidade económica que lhe retirou grande parte dos seus recursos financeiros.

O acordo para a transição e independência do Sudão do Sul, deixou vários assuntos por resolver. Para além da questão petrolífera, com o Sudão a querer cobrar verbas muito elevadas para permitir que o Sudão do Sul utilize os seus oleodutos, há ainda a questão da nacionalidade dos sudaneses do sul que tenham ficado no Sudão e a partilha da dívida externa do Sudão.

## Tentativa de Golpe de Estado no Burundi

Aproveitando a ausência do Presidente do país, Pierre Nkurunziza, que se encontrava na Tanzânia a participar numa Cimeira de Chefes de Estado da Comunidade da África Oriental, na qual estiveram igualmente presentes os presidentes do Ruanda, do Quênia, da Tanzânia e do Uganda, para tentar encontrar uma saída para a crise no Burundi, o antigo chefe dos serviços burundeses de segurança, o General Godefroid Nyombare, levou a cabo uma tentativa de golpe de estado e anunciou a destituição do Presidente Nkurunziza.

O Burundi tem vivido nos últimos tempos num clima de grande instabilidade. A principal razão prende-se com a tentativa do Presidente Nkurunziza de alterar a constituição para poder candidatar-se a um terceiro mandato presidencial. Esta atitude provocou toda uma série de protestos e violência que se arrastaram por vários dias. Também internacionalmente, esta intenção do Presidente burundês foi mal recebida.

O Burundi viveu uma guerra civil, que opôs os dois maiores grupos étnicos do país, os hutus e os tutsis e que durou 13 anos, a qual terminou em 2006 com a Assinatura do Acordo de Arusha, o qual estipulou, entre outras coisas, que os mandatos presidenciais estavam limitados a dois. Os apoiantes de Nkurunziza argumentam que o seu primeiro mandato, que começou em 2005, não deveria contar, uma vez que foi determinado pelo Parlamento e não por voto popular.



Ao anunciar o golpe de estado, o General Nyombare declarou que o governo estava igualmente dissolvido. O choque entre o Presidente Nkurunziza e o General Nyombare tornou-se visível quando este último foi afastado do seu cargo precisamente por ter criticado o Presidente por tentar concorrer a um terceiro mandato.

Se, num primeiro momento, o golpe parecia ter sido bem-sucedido, horas depois, as tropas leais ao Presidente reagiram levando a que a capital do país, Bujumbura, se visse envolvida em graves confrontos entre as duas facções.

Após dois dias de combates, as forças favoráveis ao Presidente Nkurunziza conseguiram dominar a situação e prender os principais líderes da intentona, nomeadamente o antigo Ministro da Defesa, o General Cyrille Ndayirukiye, enquanto o General Nyombare conseguiu escapar.

Apesar da maioria dos países da Comunidade Internacional criticar a intenção do Presidente Nkurunziza se candidatar a um terceiro mandato, a verdade é que houve uma condenação, quase unânime, da tentativa de golpe de estado.

Embora controlada a situação, o Burundi vai enfrentar o período eleitoral, com eleições legislativas e municipais e presidenciais em julho, num clima de grande instabilidade e de clara contestação ao Presidente. O medo de confrontos já tinha levado muitos burundeses a fugir do país e a refugiram-se nos países vizinhos, nomeadamente, o Ruanda, a Tanzânia e a República Democrática do Congo.

Após a tentativa de golpe de estado, as manifestações contra a possibilidade do Presidente candidatar-se a um terceiro mandato regressam à capital do país. O regime reagiu com dureza contra estas manifestações, fazendo recear que o país esteja a caminhar para um novo conflito.

A 23 de maio, um dos mais destacados membros da posição e líder do partido Union pour la paix et le développement (UPD), Zedi Feruzi, foi abatido a tiro à porta da sua casa. Feruzi era uma das principais vozes contra o terceiro mandato do Presidente.

Preocupados com a situação no Burundi, os países da Comunidade da África Oriental, reuniram-se, de emergência, a 31 de maio em Dar-Es Salaam, com o propósito de tentar encontrar uma solução

para a crise. Estiveram presentes os presidentes do Quênia, Tanzânia e Uganda. O Ruanda esteve representado a nível ministerial e o Presidente da África do Sul, Jacob Zuma, também foi convidado a estar presente. Embora não tenham pedido abertamente a renúncia do Presidente Nkurunziza a candidatar-se a um terceiro mandato, pediram o adiamento das eleições com o objetivo de travar a instabilidade.



## Países Africanos Produtores de Petróleo

A Associação de Produtores Africanos de Petróleo (APAP) defende a necessidade de uma redução da produção de petróleo a nível mundial com vista a estabilizar o preço. Esta posição, que a APAP pretende coordenar com a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), enfrenta a oposição da Arábia Saudita, o principal produtor a nível mundial.

Os países africanos que produzem petróleo defendem esta posição devido à queda vertiginosa do preço deste bem que teve consequências muito negativas nas respetivas economias. Esta situação fez com que estes países perdessem grande parte dos recursos financeiros que estavam a contar para este ano.

Um bom exemplo disto é a Nigéria que terá perdido, em comparação com 2014, cerca de 50% das suas receitas. Esta situação tem graves implicações na capacidade do estado nigeriano cumprir com as suas obrigações, sobretudo, num momento que enfrenta os rebeldes do Boko Haram, o que fez com que as suas despesas militares tenham aumentado.

Esta realidade é uma dura herança para o novo Presidente nigeriano, Muhamadu Buhari que terá que começar a sua governação com medidas restritivas, nomeadamente, mexendo no atual subsidio estatal dado aos combustíveis. No passado recente, o anterior Presidente nigeriano, Goodluck Jonathan, ao tentar reduzir este apoio estatal provocou graves conflitos sociais.

Grande parte dos países africanos preparou os seus orçamentos para 2015 a contarem que o preço do barril de petróleo rondasse os 100 USD, quando, em maio deste ano, o preço médio era 56 USD.

A APAP foi criada em 1986, estando sediada no Congo Brazzaville. Neste momento, fazem parte da APAP 18 países africanos<sup>1</sup>. A produção petrolífera africana representa cerca de 10% da produção mundial, sendo que os principais produtores são a Nigéria e Angola.

O objetivo inicial desta organização foi o de promover a cooperação entre os países africanos produtores de petróleo, nomeadamente, na área da tecnologia e na investigação.

A manterem-se as atuais tendências de produção, Angola deverá ultrapassar a Nigéria em 2018 como principal produtor africano de petróleo. De acordo com estudos feitos por várias companhias petrolíferas, nomeadamente, a Cobalt, a Total e a Exxon Mobil, as características da costa angolana são muito semelhantes às do Brasil, o que faz antever a possibilidade de serem efetuadas novas descobertas petrolíferas nos próximos anos.

A produção atual de Angola ronda aos 1.6 milhões de barris por dia, devendo chegar aos 2 milhões ainda em 2015. A produção angolana deverá continuar a crescer até 2018 quando se deverá situar nos 3 milhões de barris. A entrada em produção de novos campos petrolíferos em Angola explica este aumento sustentado para os próximos anos.

Paralelamente a este crescimento da produção angolana, vários países africanos deverão conhecer uma forte diminuição nas suas produções. A Nigéria será dos países mais atingidos devido ao desinvestimento de grandes empresas petrolíferas devido à instabilidade

que se vive no país, aos desvios na produção e à falta de manutenção das atuais infraestruturas.

Outro país que atualmente está a se duramente atingido pela queda dos preços do petróleo, é a Guiné Equatorial. Para além da diminuição do preço, a Guiné Equatorial, que depende fortemente da sua produção petrolífera, deverá ver a sua produção diminuir devido ao esgotamento das suas reservas e à não descoberta de novos poços. Em 2015 a produção deverá cair para 234 mil barris diários, quando em 2014 a produção diária era de 254 mil barris.

Esta situação poderá, de certo modo, ser atenuada com as receitas que poderão ser obtidas pelo regime de Malabo através da exploração das reservas de gás natural, embora as mesmas ainda demorem a chegar.

Esta quebra de rendimentos tem provocado alguma instabilidade ao regime de Malabo. Apostando em modernizar o país através de grandes obras, muitas destas estão agora a parar por falta de pagamento às grandes empresas internacionais que as estavam a executar.

A Líbia, outro grande produtor de petróleo africano, também tem visto a sua produção diminuir drasticamente nos últimos tempos. Neste caso, a diminuição não ficou a dever-se ao esgotamento das reservas, mas sim à situação de conflito que o país vive desde a queda o regime de Muammar Khadafi.

Em 2014, o conflito civil que atinge o país provocou uma diminuição de 200 mil barris na produção diária de 900 mil barris. Em março de 2015, a Companhia Nacional de Petróleos da Líbia viu-se obrigada, devido à situação de insegurança, a suspender a produção em onze campos de produção.

Os confrontos militares entre fações contrárias também tem afetado as infraestruturas petrolíferas líbias.

No Sudão do Sul, o conflito que opõe os rebeldes ao regime do Presidente Salva Kiir, também tem obrigado à suspensão da produção em grande parte do país. Paralelamente, as tensas relações entre o Sudão do Sul e o Sudão também não têm facilitado a passagem do petróleo oriundo de Juba através dos oleodutos do regime de Cartum em direção aos portos do norte.

<sup>1</sup> Argélia, Angola, Benim, Camarões, Chade, Congo Brazzaville, Congo Kinshasa, Costa do Marfim, Egito, Guiné Equatorial, Gabão, Gana, Líbia, Mauritânia, Níger, Nigéria, Sudão e Sudão do Sul.

## Eleições na Etiópia

A Etiópia realizou eleições legislativas a 24 de maio. Apesar dos 37 milhões de eleitores terem 58 partidos à sua escolha, à partida, havia quase a certeza da vitória da coligação Frente Popular Democrática Revolucionária Etíope (FPDE) que governa o país desde 1991. Esta coligação controlava 545 lugares dos 547 do parlamento etíope.

Perante este domínio avassalador da FPDE, a oposição tradicional encarou estas eleições com alguma desconfiança, acusando o governo liderado pelo Primeiro-ministro Hailemariam Desalegn, de condicionar os meios de comunicação social, controlar a campanha eleitoral e utilizar as forças policiais para limitar as ações da oposição.

Ao contrário de anteriores atos eleitorais, desta vez surgiu uma novidade no seio da oposição com o aparecimento de um novo partido político, o Semayawi, força política inspirada pelas revoluções da Primavera Árabe. "Semayawi", que em aramaico significa azul, ou seja, a cor que simboliza a esperança na Etiópia.

O Semayawi conseguiu desenvolver uma campanha eleitoral muito focada na população mais jovem do país, a qual representa uma percentagem importante da Etiópia, o que levou a que as ações deste partido tivessem contado com a participação de muitos jovens, deixando antever um bom resultado eleitoral.

A Etiópia tem conhecido um enorme crescimento económico nos últimos anos, embora o país continue a ter uma percentagem importante da população que continua viver com grandes dificuldades. O regime, embora oficialmente seja uma democracia, é considerado bastante autoritária. Nesse sentido, estas eleições eram consideradas um teste à democracia no país.

Ao contrário de outros atos eleitorais, apenas a União Africana foi convidada a enviar observadores a estas eleições. A União Europeia não foi convidada, provavelmente porque nas últimas eleições, a missão da UE criticou fortemente o modo como o processo decorreu, o que fez com que as relações com o regime etíope tivessem ficado bastante tensas.

A nível internacional a Etiópia conta com o apoio, financeiro e militar, dos EUA, que considera este país um aliado fundamental no controlo da região do corno de África, nomeadamente, no combate ao radicalismo islâmico que se tem vindo a alargar nesta zona de África.

Estas eleições assumem, igualmente, especial importância porque são as primeiras desde a morte, em 2012, do então Primeiro-ministro Meles Zenawi e a sua substituição pelo então Vice-Primeiro Ministro Hailemariam Desalegn.

Zenawi foi o líder da Frente de Libertação dos Povos do Tigré, partido que integrou a coligação Frente Democrática Revolucionária do Povo Etíope, foi também a principal figura da revolta que, em 28 de maio de 1991, conseguiu derrubar o regime de Mengistu Haile Mariam e estabilizar a situação em toda a Etiópia.

Esta vitória da Frente Democrática Revolucionária do Povo Etíope, da qual fazia também parte a Frente pela Libertação do Povo Eritreu., permitindo que a Eritreia ascendesse à independência em 24 de maio de 1993.

Apesar de estabilizar a situação política e iniciar uma época de grande crescimento económico na Etiópia, Zenawi foi acusado de liderar um regime muito autoritário que dava pouca margem de manobra à oposição e onde os direitos humanos nem sempre eram devidamente respeitados. O apoio que gozava por parte dos EUA permitia-lhe ficar imune a estas críticas.

Apesar de algumas críticas por parte da oposição, a Frente Popular Democrática Revolucionária Etíope do Primeiro-Ministro Hailemariam Desalegn venceu as eleições, obtendo 442 dos 547 lugares do parlamento. Apesar desta vitória esmagadora, a verdade é que a oposição conseguiu, pela primeira vez, obter uma representação bastante importante ao eleger 147 deputados. Foi, essencialmente, nas zonas urbanas que a oposição conseguiu estes resultados.



## Cimeira da CEDEAO no Gana

A Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) realizou em maio, em Acra, capital do Gana, a sua 47ª Cimeira, a qual teve como temas centrais a situação política e securitária na região. O tema escolhido deveu-se à atual situação provocada pelos movimentos islâmicos radicais, muitos deles ligados à Al-Qaeda do Magrebe Islâmico e ao Estado Islâmico, sendo que o país mais ameaçado é o líder regional, a Nigéria.

Esta Cimeira, que juntou 15 chefes de Estado, debateu a criação de estratégias comuns de combate às ameaças provocadas pelos radicais islâmicos. Apesar de reconhecerem a ameaça comum, pouco se avançou na criação e medidas regionais concretas para enfrentar esta ameaça.

Ao nível de recentes sucessos, os países da região congratularam-se pelo combate coordenado que foi implementado contra a pandemia do vírus ébola. Esta estratégia, que obteve importantes apoios externos, parece ter conseguido controlar e parar o avanço deste vírus, que em finais de 2014, parecia incontrolável. Apesar deste sucesso, foi chamada a atenção para o risco de se abrandar agora os esforços de combate a este flagelo, sendo necessário manter os mecanismos de vigilância e alerta para evitar um eventual recrudescimento da doença.

Um outro assunto abordado e que tem sido particularmente sensível nos últimos meses, teve a ver com uma proposta destinada a limitar os mandatos presidenciais na região. Esta questão é uma das principais razões da grande instabilidade que se vive no Burundi e no Burkina Faso.

Em ambos os países, o anúncio dos respetivos Presidentes de que tencionavam candidatar-se a um terceiro mandato, alterando para tal as Constituições, provocaram uma onda de contestação e de violência, cujas consequências são ainda imprevisíveis.

Dos países da região, apenas o Togo e a Gâmbia não têm limites constitucionais aos mandatos presidenciais. Na Gâmbia, o Presidente Yahya Jammeh está no poder desde 1994, controlando fortemente a oposição e limitando a sua atuação. As eleições realizadas foram muito criticadas internacionalmente devido às irregularidades detetadas.

No Togo o atual Presidente é Faure Gnassingbe, o qual assumiu o poder em 2005 após a morte do seu pai, o Presidente Gnassingbe

Eyadema, o qual governou o país durante 38 anos. A subida ao poder de Faure Gnassingbe foi uma clara violação da constituição togoleza que previa, em caso de morte do Presidente, que o mesmo fosse substituído pelo Presidente da Assembleia Nacional, o qual deveria assegurar a presidência interina e a convocar as eleições num prazo de 60 dias.

Foram precisamente estes dois países, Togo e Gâmbia, que bloquearam a adoção, por parte da CEDEAO, de uma diretiva que limitasse, a dois, os mandatos presidenciais dos seus estados membros.

Durante esta Cimeira assistiu-se à passagem da presidência da organização das mãos do Presidente do Gana, John Dramani Mahama, para o Presidente do Senegal, Macky Sall.

## Relatório da FAO sobre África

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e o Programa Alimentar Mundial (PAM), apresentaram, em finais de maio, o seu relatório anual sobre a fome no mundo.

O relatório intitulado O Estado da Insegurança Alimentar no Mundo<sup>2</sup> apresenta melhorias ao nível da luta contra fome no mundo. Apesar de cerca de 800 milhões de pessoas continuarem a enfrentar este flagelo, este número tem vindo a diminuir na última década.

Apesar das melhorias verificadas, África continua a ter cerca de 23% da sua população, mais de 220 milhões de pessoas, afetadas pela subnutrição. Atualmente, 24 países africanos enfrentam crises alimentares, numero que é o dobro daquele que se registava nos anos 90.

No contexto dos PALOP, Angola e São Tomé e Príncipe apresentam resultados muito positivos, tendo ambos conseguido alcançar as metas previstas nos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM)

<sup>2</sup> FAO: The State of Food Insecurity in the World 2015.  
<http://www.fao.org/3/a-i4646e/index.html>



relativas à alimentação, conseguindo reduzir para metade a subnutrição até 2015.

Em Angola, estima-se que 3,2 milhões de pessoas passem fome, o que representa uma diminuição de 52,1% em relação aos 6,8 milhões de 1990. Apesar dos avanços, este número indica que 14% dos angolanos ainda têm falta de acesso a alimentos.

Em São Tomé e Príncipe, o número de malnutridos sempre se manteve inferior a 100 mil pessoas, e terá diminuído 51,4% neste período. Atualmente, a percentagem de são-tomenses que ainda passam fome é de 6,6%.

Cabo Verde também conseguiu bons resultados no combate à fome e à desnutrição nos últimos anos. O grande desafio agora é o de garantir a segurança alimentar de 10% da população que ainda sofre com a falta de alimentos, seja em qualidade como em quantidade. Apesar das políticas corretas adotadas, nomeadamente através de uma estratégia de construção de barragens para armazenamento de água, Cabo Verde enfrenta um clima adverso, com pouca chuva, o que não lhe permite melhorar as suas produções agrícolas.

Moçambique, apesar dos esforços desenvolvidos, ainda tem cerca de sete milhões de pessoas que enfrentam dificuldades alimentares.

No extremo oposto temos a Guiné Bissau, onde existe um dos maiores índices de anemia entre crianças menores de cinco anos do mundo. Neste país mais de 70% das crianças estão desnutridas. A instabilidade que o país atravessou nos últimos anos, explica, em grande medida, a falta de resultados na melhoria das condições alimentares da população.

No Plano Estratégico e Operacional para o desenvolvimento do país, para o período 2015-2020, intitulado "Terra Ranka", as autoridades guineenses pretende apostar na agricultura e na agro-indústria como sectores chave para melhorar os índices alimentares da população e aumentar a exportação de bens alimentares.

Segundo a FAO, a grande maioria dos países africanos tem potencialidades para erradicar a fome. Para tal, é necessário que haja condições de estabilidade política que permitam a adoção de políticas corretas que passam, necessariamente, pela atribuição de maiores recursos financeiros para a área da alimentação.

Esta estratégia foi adotada já por vários países, em que Angola é bom exemplo. No entanto, a crise económica e financeira de 2008/2009 travou os progressos que vinham sendo alcançados no combate à fome em África.

Grande parte dos países africanos já tinha assinado, em finais de 2014, a Declaração de Roma sobre a Nutrição, através da qual se comprometeram a adotar medidas que privilegiem o combate à fome. Esta Declaração, adotada no âmbito da II Conferência Internacional sobre a Nutrição, realizada por iniciativa da FAO em novembro de 2014 em Roma, visava não só o combate à fome, mas também garantir uma alimentação de qualidade às populações, o que implica que os alimentos que sejam disponibilizados tenham os todos os nutrientes essenciais para uma pessoa.



## Nigeriano assume Presidência do BAD

O nigeriano Akinwumi Adesina foi eleito presidente do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) durante a reunião anual do Banco que decorreu na capital da Costa do Marfim, Abidjan. Adesina deverá assumir o cargo em setembro deste ano, sucedendo ao ruandês Donald Kaberuka que ocupava o cargo desde 2005.

O candidato nigeriano obteve 58,1% dos votos, enquanto o chadiano Kordjé Bedmoura, segundo mais votado, alcançou 31,6%. Cristina Duarte, atual Ministra das Finanças de Cabo Verde, conseguiu chegar à fase final na qual obteve 10,2% dos votos.

A estas eleições apresentaram-se oito candidatos: Para esta eleição concorreram oito candidatos: Akinwumi A. Adesina da Nigéria, Sufian Ahmed da Etiópia, Jaloul Ayed da Tunísia, Kordjé Bedmoura do Chade, Cristina Duarte de Cabo Verde, Samura M. W. Kamara da Serra Leoa, Thomas Z. Sakala do Zimbabwe e Birama Boubacar Sidibé do Mali.

O candidato nigeriano acabou por ser favorecido pela falta de consenso entre os candidatos francófonos. A multiplicação de candidaturas oriundas de países francófonos prejudicou a candidatura, eventualmente mais forte, do maliano Birama Sidibé.

A candidata cabo-verdiana tentou obter o apoio dos países lusófonos, o que quase aconteceu. Apenas Moçambique decidiu apoiar o candidato do Zimbabwe, Thomas Sakala, justificando esta decisão pelo facto de ser um candidato da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC).

Akinwumi Adesina é antigo Ministro da Agricultura e do Desenvolvimento Rural da Nigéria e antes disso foi vice-presidente de Política e Parcerias da Aliança para uma Revolução Verde em África (AGRA). Esta iniciativa, financiada pela Fundação Melissa e Bill Gates, visa apostar no desenvolvimento agrícola como meio mais eficaz de combate à pobreza.

Toda a carreira profissional de Akinwumi Adesina tem estado ligada à área do desenvolvimento agrícola, sendo um grande defensor de um maior apoio aos agricultores como meio de aumentar as produções e, conseqüentemente diminuir a pobreza e promover o desenvolvimento sustentável.

Ao nível das suas prioridades à frente do BAD, Akinwumi Adesina, aposta na disponibilização de créditos para a recuperação dos mui-

tos bairros degradados nas grandes cidades africanas, referindo como exemplo, os casos das maiores cidades de países como a Nigéria, a República Democrática do Congo ou o Quênia.

Nas últimas décadas, a situação urbana em vários países africanos tem vindo a deteriorar-se muito depressa. Muitas das principais cidades foram construídas no tempo colonial, e as redes de eletricidade, água e esgotos, têm sofrido poucas intervenções. Com o aumento exponencial da população a viver nestas cidades, as infraestruturas colapsaram. A este cenário junta-se a falta de emprego e transportes públicos muito deficientes.

## O Caos na Líbia

Desde que o regime do Coronel Muammar Khadafi foi derrubado, há quatro anos, que a Líbia tem vivido num clima de grande instabilidade. Esta situação é deveras preocupante devido ao peso que este país tem na região e no continente africano. Como importante produtor de petróleo, a Líbia desempenhou, ao longo dos anos, o papel de grande financiador da União Africana, cujo orçamento atual se tem ressentido da ausência da contribuição líbia.

Mas, é a situação de conflito aberto entre várias facções que tem preocupado a comunidade internacional. O caos que reina na Líbia fez com que este país se tornasse terreno fértil para as ações de grupos mais radicais, nomeadamente, do Estado Islâmico que tem estado a estender as suas atividades para o norte de África.

A atual situação da Líbia também tem favorecido a crescente imigração ilegal africana para a Europa, patrocinada por redes de traficantes que não têm qualquer respeito pela dignidade humana, e que tem provocado grandes tragédias humanas com centenas de mortos no mediterrâneo.

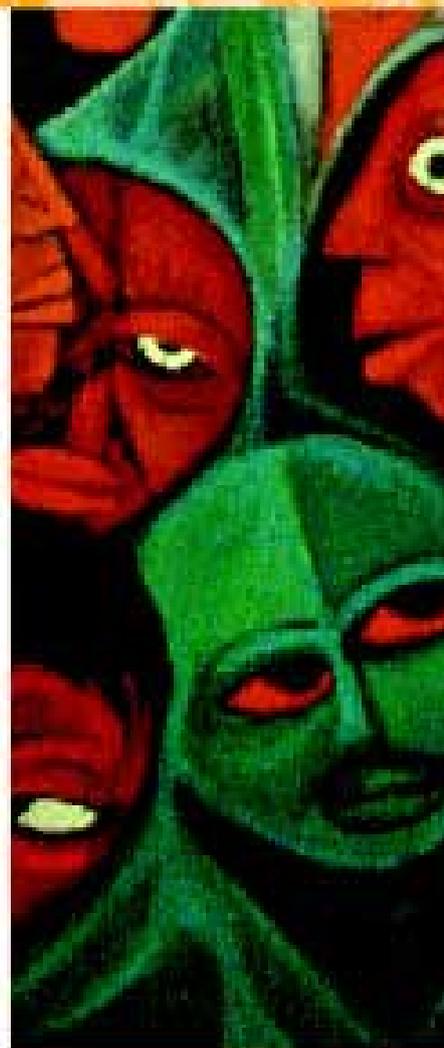
A situação no terreno mostra claramente que a Líbia, enquanto unidade nacional, deixou de subsistir. Existe um governo, reconhecido internacionalmente, instalado em Tobruk, o qual conta com o apoio das forças do General Khalifa Haftar, antigo Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas de Khadafi.

O General Haftar caiu em desgraça quando o exército líbio foi derrotado, em 1987, pelo Chade depois de invadir este país. Exilou-se nos EUA, tendo regressado ao país quando começou o movimento que iria derrubar Khadafi. A nível internacional, o governo de Tobruk conta com apoio militar do Egito e dos Emiratos Árabes Unidos.

Existe uma outra autoridade instalada em Trípoli chefiada pela irmandade muçulmana, cujo líder é Nouri Abusahmain e que conta com o apoio do Qatar, Sudão e Turquia.

Estas duas facções, apesar de se oporem, também enfrentam as forças do Estado Islâmico que se instalou na Líbia, a partir de outubro de 2014, e que têm vindo a alargar o seu raio de ação. Atualmente, o Estado Islâmico tem o seu bastião na Líbia na cidade de Derna, no leste do país.

Para além da Líbia, o Estado Islâmico já conseguiu instalar em mais dois países do norte de África: na Argélia e no Egito. Terá sido precisamente na Líbia que o Estado Islâmico preparou os seus elementos tunisinos que participaram no atentado ao Museu Nacional do Bardo, em Túnis, em março passado, o qual provocou a morte de 21 turistas e 2 tunisinos.



#### **OBSERVATÓRIO DE ÁFRICA**

Boletim da Fundação Portugal África

#### **FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA**

Rua de Serralves  
191 - 4150-706 Porto  
Tel.: 22 532 03 10 - Fax.: 22 532 03 11  
E-mail: geral@fportugalafrica.pt  
www.fportugalafrica.pt

#### **Ficha Técnica**

**Responsáveis pela edição**  
J. A. Azeredo Lopes  
Luís Castelo Branco

**Conceito Gráfico e Paginação**  
Porta de Comunicação

**Tiragem**  
500 exemplares

**Impressão**  
Gutengráfica  
Depósito Legal: 223325/05